
O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira*

Márcia Siqueira de Carvalho**

RESUMO

Neste artigo analisamos a implementação da política cafeeira da década de 1960 e as suas repercussões no espaço rural, em especial o do Norte do Paraná. Esta década na cafeicultura tem sido pouco estudada e a erradicação de cafeeiros raramente tem sido levada em consideração na substituição das lavouras permanentes pelas lavouras temporárias e por pastagens, enquanto mudança que teve os seus efeitos sobre as relações de trabalho na região. Prefere-se, ainda, atribuir aos fatores naturais, no caso as geadas, a responsabilidade pelas alterações nas relações de trabalho e a transferência da mão-de-obra rural para moradias urbanas e datá-las a partir da década seguinte. Nosso objetivo é o de demonstrar que o uso do solo passou por modificações a partir da implementação de uma política agrícola específica à cafeicultura.

PALAVRAS-CHAVES: Paraná; Cafeicultura, Política Cafeeira.

O PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA

O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), desenvolveu dois programas na década de 60, cujos objetivos eram a erradicação de cafezais antieconômicos, a modernização da cafeicultura brasileira e a substituição destes cafezais por lavouras em bases modernas¹. Estes programas foram os de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, que desenvolveu-se em duas fases, e o segundo o de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras.

O primeiro plano de erradicação, após a realização de estudos sobre a economia cafeeira, levou à criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Mais conhecido como GERCA, foi criado em 29 de outubro de 1961 e lançou o Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira. Na sua primeira fase (1962 a 1966), este programa teve como meta erradicar dois bilhões de cafeeiros, pagando

indenização de Cr\$15,00 por pé eliminado, o que equivalia na época cerca de 80% do valor da produção, correspondente à produtividade de seis sacos por mil cafeeiros. O lavrador que se utilizasse deste programa, escolheria a cultura a substituir o café, sem exigências de técnicas agrônômicas, caso fossem lavouras temporárias. As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREA), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos. Os recursos aumentavam em 50%, o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil, que também era responsável pelo recebimento das propostas de erradicação e da verificação do número de cafeeiros a serem eliminados.

Segundo análise do próprio GERCA, este programa deu bons resultados nos anos de 1962 e 1963, porém, a perda do valor do

* Artigo feito com base no Capítulo 4 "A Erradicação de Cafezais e a Diversificação de Lavouras Executadas pelo GERCA no Estado do Paraná" em Carvalho, Márcia Siqueira, *A Pequena Produção de Café no Paraná*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia - FFLCH/USP. São Paulo. 1991. 2 volumes. 192p.

** Doutora em Geografia Humana. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: marcar@sercomtel.com.br.

financiamento frente ao processo inflacionário da época e as modificações na orientação da diretoria do IBC não deram resultados aceitáveis a partir de 1964. Em 1965, a indenização por cafeeiro era de apenas 8% do valor da produção média. Nos anos seguintes, os seus resultados foram decrescentes até à extinção, já diante de uma crise de abastecimento com as reservas estocadas cada vez mais baixas. Do lançamento do programa, em junho de 1962, a dezembro de 1963, foram eliminados 587,5 milhões de cafeeiros (678 mil ha) e, de janeiro de 1964 a julho de 1966, foram eliminados 136,0 milhões de cafeeiros.

A PRIMEIRA FASE DO PLANO DE ERRADICAÇÃO : 1962 A 1966.

Na Primeira Fase do Programa de Erradicação e Diversificação, houve a preferência do estabelecimento de pastagens (44% da área liberada), e na Segunda, elas sofreram restrições. As pastagens foram a escolha principal dos grandes cafeicultores que erradicaram cafezais nos anos de 1962 e 1963.

De janeiro a junho de 1962, foram elaborados o Plano Preliminar (Diversificação da Estrutura Agrícola das Regiões Cafeeiras), o Plano Diretor (Diversificação da Estrutura Agrícola das Regiões Cafeeiras), o Convênio entre o IBC/GERCA e Banco do Brasil, e o Plano Inicial para Aplicação dos Recursos do Convênio IBC/GERCA e Banco do Brasil.

Segundo o Plano Diretor, poderiam ser renovados 25% dos cafezais erradicados, mas não houve neste ano interesse pela renovação, com apenas 0,6% da área reocupada com café do total da área erradicada nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e outros.

A diversificação da agricultura nas áreas liberadas pelo café tendeu ao estabelecimento de pastagens, totalizando 40% do total no ano de 1962, mas com índices diferenciados nos Estados, como por exemplo, o Espírito Santo (72%), de Minas Gerais (63%) e o Paraná (30%). As demais lavouras (cereais) ocuparam 42% da área total liberada no país. Somados os anos de 1962 e 1963, as pastagens continuaram sendo a opção preferencial na diversificação de lavouras, atingindo neste período considerado, cerca de 46% das áreas liberadas no país, principalmente onde predominavam as grandes plantações.

No início de implantação da erradicação, em 1962, a área do Norte Novo (40%) predominou sobre as outras áreas (Norte Novíssimo com 31% e Norte Velho com 29%). A área Oeste, no ano de 1962, não teve nenhum contrato de erradicação.

A partir de 1963, os cafeeiros erradicados estavam localizados principalmente na área descrita, na época, como a de maior necessidade de erradicações, em função do seu solo de arenito e dos processos erosivos – a de Paranavaí, embora os cafezais fossem recentes. A erradicação ocorreu em menor escala no Norte Velho, de cafezais mais antigos e tidos como menos produtivos.

As pastagens, o milho, o algodão e o feijão, foram as principais culturas substitutivas, e somadas as áreas respectivas, atingiram quase 82% do total em 1962. Especialmente, podemos observar que a distribuição dessas lavouras substitutivas ocorreram desigualmente, com a predominância da pastagem nas regiões do Norte Novo e no Norte Novíssimo, enquanto o milho e o feijão eram as majoritárias no Norte Velho.

A partir de 1963, o GERCA passou a admitir como erradicação, o corte do cafeeiro ao nível do solo, em vez do arrancamento do arbusto, dispensando a remoção das partes eliminadas e a limpeza do terreno logo após a erradicação. Esta simplificação, que seria modificada em 1966, pela poda do cafeeiro diminuiu o trabalho e os custos em relação ao arrancamento, mas apesar disto, o cafeicultor do Paraná ocupava o terceiro lugar na erradicação entre os demais estados brasileiros em 1963. De acordo com a tabela 2, somados os anos de 1962 e 1963, a erradicação atingiu 86,4 milhões de cafeeiros (15% do total do país), com a liderança do Norte Novíssimo (34,7 milhões de pés ou 40% do total paranaense), seguida do Norte Novo (34,7 milhões de pés ou 37%), Norte Velho (14,5 milhões de pés ou 17%) e do Oeste (4,9 milhões de pés ou 6%). No Estado do Paraná, entre 1962 e 1963, a área ocupada por pastagens aumentou cerca de 17%, quase a metade das áreas liberadas. Vale ressaltar o estímulo do plantio de soja naquele momento, lavoura que predominaria na década seguinte sobre os antigos cafezais, numa conjuntura de preços favoráveis pela quebra da safra norte-americana.

Segundo o Relatório do GERCA de 1963:

“Com a finalidade de colaborar com o estado

(sic) do Paraná no reerguimento da sua agricultura, seriamente afetada com as ocorrências da geada e seca, procurou o GERCA dar início a um programa de diversificação da monocultura cafeeira, através do incentivo à produção da soja.”²

Esta primeira experiência ficou restrita a apenas 600 lavradores no Paraná, distribuídos nos municípios de Maringá, Londrina, Umuarama, Nova Esperança, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Loanda, Mandaguari, Cianorte, Santa Isabel do Ivaí, Cidade Gaúcha, Campo Mourão, Moreira Sales e Alto Paraná. Na época, estimaram-se em 3 mil os hectares plantados com soja, cuja produção aproximou-se de 60 mil sacos de 60 quilos.

Além desta cultura foram incentivadas pela Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE do PARANÁ), as lavouras de algodão, arroz, milho, feijão, amendoim, e mamona. A CAFE DO PARANÁ, através do convênio firmado com o IBC, vendeu sementes para os lavradores, predominando o algodão.

No ano de 1963, o GERCA/IBC estabeleceu um convênio com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no sentido de estimular a construção de usinas de cana de açúcar nas áreas liberadas pelo café, além de ter estabelecido vários convênios com os órgãos dos Governos Estaduais, para o incentivo da modernização das lavouras substitutivas ou de melhoria de infraestrutura (estradas, energia, etc.) Muitas

cooperativas formadas por cafeicultores, apresentaram propostas para o programa de instalação de usinas de açúcar em regiões cafeeiras (convênio entre o IBC e o IAA), predominando as do Estado de São Paulo. Apenas oito propostas eram paranaenses e entre elas constavam as da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Paranavaí e o Condomínio Antônio Lunardelli & outros.

A erradicação foi crescente até 1965, quando a soma total do programa atingiu 718,4 milhões de cafeeiros no país, correspondendo a 35,8% do total previsto inicialmente (2 bilhões), liberando 793,1 mil hectares no país. No ano de 1965, a erradicação cresceu 4,5% em relação ao total erradicado entre 1962 a 1964, com a extinção de 30,6 milhões de pés e liberando 20,6 mil hectares. Ela teve um ritmo mais lento de crescimento em função da perspectiva de renda mais elevada para a cafeicultura, devido à alta produção em 1965, bem como a manutenção de Cr\$15,00 por cafeeiro erradicado. Segundo análise do Relatório do GERCA, no início da erradicação o financiamento de Cr\$15,00 por pé representava 50% do valor da produção média (6 sacos beneficiados por mil pés), mas em 1965 reduziu-se a apenas 8%.

No Paraná, a erradicação em 1965 diminuiu bastante mas manteve um número superior ao dos Estados de São Paulo e Minas Gerais (Ver tabela 1).

Tabela 1. Cafeeiros erradicados por Estados Brasileiros: 1962 a 1965.

Estados	Cafeeiros erradicados (1.000 pés)				
	1962	1963	1964	1965	TOTAL
São Paulo	93.446	117.052	30.415	6.274	247.187
Minas Gerais	59.864	114.797	19.704	2.968	197.333
Paraná	14.049	72.394	35.353	10.547	132.343
Espírito Santo	22.874	42.625	7.332	9.566	82.397
Rio de Janeiro	6.540	19.443	3.054	-245*	28.470
Goiás	7.909	6.540	1.281	409	16.139
Outros	2.197	8.128	1.098	1.107	12.530
Total	206.557	300.979	98.237	30.626	718.399

*Cancelamento de contratos e redução do número de cafeeiros contratados para erradicação.

Fonte: Relatório GERCA/IBC. 1965. Mimeo.

Mas na regionalização da erradicação desde 1962 manteve-se a liderança do Norte Novíssimo (53,9 milhões de pés ou 40,7%), seguido pelo Norte Novo (50,4 milhões de pés ou 38,1%), Norte Velho (19,0 milhões de cafeeiros ou 14,4%)

e Oeste (7 milhões de pés ou 5,3%) (Tabela 2). Embora as somas não sejam iguais, preferimos a diferença à não regionalização da erradicação no Paraná, embora elas sejam menores no cômputo presente do relatório de 1966.

Tabela 2. Cafeeiros Erradicados (1.000 pés) por agências do Banco do Brasil no Norte do Paraná: 1962 a 1965.

Agências do BB	1962	1963	1964	1965	Total
Norte Novo	5.590,4	29.153,6	12.626,8	3.082,2	50.453
Norte Velho	4.043,2	10.448,8	3.334,1	1.256,9	19.083
Norte Novíssimo	4.414,9	30.329,1	14.297,1	4.911,9	53.953
Total	14.048,5	69.931,5	30.258	9.251	123.489

Fonte: Relatórios GERCA/IBC. 1962 a 1965. Mimeo.

A tendência do crescimento da área de pastagem sobre as outras lavouras substitutivas

foi mantida tanto no país quanto no Paraná (Ver Tabela 3).

Tabela 3. Paraná: Culturas Substitutivas e área (ha) na Primeira Fase do Programa de Erradicação (1962 a agosto de 1966)

Culturas	Área (ha)	%
Pastagens	65.069	40,4
Milho	17.878	11,1
Arroz	2.738	1,7
Algodão	25.770	16,0
Feijão	7.731	4,8
Cana-de-açúcar	2.255	1,4
Mandioca	3.382	2,1
Amendoim	1.172	1,1
Mamona	4.671	2,9
Café	483	0,3
Reflorestamento	805	0,5
Outras	28.508	17,7
Total	161.062	100,0

Fonte: Relatório GERCA/IBC. 1968. Mimeo.

Apesar da diminuição do ritmo da erradicação, os locais onde ela foi maior em 1965, no Paraná, estavam correlatos às agências do Banco do Brasil de Paranaíba, Londrina, Nova Esperança e Rolândia.

Entre junho de 1962 e dezembro de 1966 foram erradicados no país, 723,5 milhões de cafeeiros, liberando área de 818,5 mil hectares. Os contratos efetivados pelos Estados até 31/12/66 nos mostram que São Paulo erradicou 244.420.000 cafeeiros, liberando área de 304.762 ha, Minas Gerais o fez com 230.564.000 pés que ocupavam 241.538 ha e o Paraná teve o mesmo procedimento com 125.772.000 cafeeiros localizados em 161.062 ha (Ver Tabela 4).

A erradicação no Estado paranaense, de acordo com os dados da primeira fase do Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, localizou-se principalmente nas regiões do Norte Novo e Norte Novíssimo, seguidas à distância pelas demais. As pastagens lideravam a ocupação do espaço liberado pelos cafeeiros erradicados desde junho de 1962 até agosto de 1966 (Ver Tabela 3).

A SEGUNDA FASE DA ERRADICAÇÃO: 1966 A 1968.

A Segunda Fase do Programa de Erradicação entrou em execução em agosto de 1966, sofrendo as seguintes alterações em relação ao anterior:

- A indenização por cafeeiro eliminado apresentava valores diferentes para três regiões, com vistas a aumentar a erradicação nas regiões de cafeeiros de maior produção. Entretanto, ocorreu o inverso, segundo análise do próprio GERCA.
- O valor da indenização era cerca de 4 vezes maior que a anterior (NCr\$0,45 em média).
- Não era permitida a livre escolha das culturas substitutivas e somente o IBC as autorizava.
- Eram obrigatórias a destoca do terreno, a aração, a gradeação e cultivo, por dois anos. Somente no ano posterior à erradicação, o lavrador recebia financiamento especial para formação e custeio da lavoura.
- O controle da execução do programa foi dividido entre várias entidades. Banco do Brasil, bancos estaduais e particulares foram os seus

agentes financeiros, sendo criada a figura dos avaliadores que emitiam laudos para os financiamentos dos bancos, exceto para o Banco do Brasil. No Paraná, estes avaliadores e fiscais pertenciam ao próprio IBC.

As outras modificações foram feitas na Segunda Fase do Programa, como a dispensa da aração dos terrenos cuja declividade fosse superior a 20% e pedregosos ou com cafezal sombreado, para permitir a formação de pastagens para a pecuária leiteira (dezembro de 1966), restrita às regiões dos Estados classificadas na zona “C”, exceto Goiás e Mato Grosso. Em 1967 permitiu-se tanto a formação de pastagens para pecuária na zona “A” do Paraná Novíssimo, como a quitação da segunda parcela aos produtores que não fizessem a aração e a gradeação em suas terras para o plantio, aplicando 50% do valor desta parcela em empreendimentos agro-industriais aprovados pelo IBC/GERCA. Também permitia-se aos lavradores que diversificassem suas áreas com pastagem, bem como a aplicação do valor correspondente à terceira parcela, em empreendimentos industriais aprovados pelo IBC.

Os resultados da Segunda Fase do Programa de Erradicação foram prejudicados pelas fraudes ocorridas. O preço pago foi considerado alto e ocorreram pressões para que ele aumentasse ainda mais. Somadas as duas fases, a erradicação foi de maior impacto nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, apesar da diminuição do ritmo das erradicações na 2ª etapa. O Estado de Minas Gerais foi aquele onde mais cafeeiros foram erradicados (363.703 mil cafeeiros), mas São Paulo teve a maior área liberada –366.897 ha (Ver tabela 4).

No Estado do Paraná, não foi mantida a mesma tendência da distribuição geográfica entre as lavouras substitutivas, mesmo com a liberação da área de Paranaíba (Norte Novíssimo) para as pastagens. Nos dados do GERCA, observamos a variação de ano a ano, mas o algodão e o milho foram os que mais cresceram entre 1966 a 1968 nas regiões do Norte Velho e parte do Norte Novo. Neste mesmo período, nas regiões do Norte Novíssimo e parte do Norte Novo, o milho, o algodão e a soja, apresentaram um comportamento muito variável, apesar de terem sido os mais constantes nas áreas liberadas. (Ver tabela 5)

Tabela 4. Erradicação de Cafeeiros e Área Liberada nas Fases do Programa.

Estados	Cafeeiros erradicados (mil pés)			Área Liberada (ha)		
	1ª Fase	2ª Fase	Soma	1ª Fase	2ª Fase	Soma
SP	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897
MG	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134
PR	125.772	124.185	249.957	161.062	146.000	307.062
ES	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429
OUTROS	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726
TOTAL	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.131	1.491.648

Fonte: Relatório de 1967. GERCA/IBC.

OBS: A Primeira fase do programa durou de junho de 1962 a agosto de 1966. A Segunda fase durou de agosto de 1966 a 1968, mas os dados da tabela acima são relativos ao ano de 1967.

Tabela 5: Distribuição das Lavouras Substitutivas nos anos agrícolas de 1966/67 e 1967/68 nas regiões de: Norte Velho e parte do Norte Novo (Região 1), e, Norte Novíssimo e parte do Norte Novo (Região 2).

Culturas	Região 1		Região 2	
	1966/67 (ha)	1967/68 (ha)	1966/67 (ha)	1967/68 (ha)
Algodão	2257	12952	4720	17039
Milho	33165	27673	20909	14688
Arroz	5915	6519	4703	5095
Amendoim	1910	1167	5781	3572
Soja	3490	1004	8596	3210
Mamona	962	1606	909	2915
Feijão	7259	3959	4000	1810
Mandioca	117	692	237	1504
Reflorestamento	174	296	14	39
Girassol	635	103	416	15
Outras	564	1314	207	315
TOTAL	56448	57285	50492	50202

Fonte: Relatório GERCA/IBC. 1967 e 1968. Mimeo.

CONCLUSÃO

Em resumo, somados os valores da primeira e segunda fase do Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira aos do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, o número de cafeeiros erradicados e áreas liberadas, concentraram-se nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

O Plano de Erradicação de Cafeeiros Antieconômicos abrangeu diferentemente as áreas cafeicultoras do Estado e teve uma fase mais forte no ano de 1963. A área liberada pelos cafeeiros erradicados foram maiores nas áreas de atuação das agências do Banco do Brasil de Londrina, Porecatu, Rolândia (Norte Novo), Uraí e Cornélio Procópio (Norte Velho), e principalmente em Paranavaí, seguido à distância por Maringá (Norte Novíssimo). A geada de junho de 1967, no Paraná, danificou cerca de 500 milhões de cafeeiros, e superpôs-se aos efeitos das geadas de 1963 e 1966. Frente a este quadro, o GERCA considerou que a meta de erradicação de 1,5 bilhões de cafeeiros já havia sido atingida e somados aos 500 mil cafeeiros geados, totalizavam 2 bilhões estabelecidos como meta em 1962.³

NOTAS

¹ Foram analisados todos os relatórios publicados pelo GERCA desde 1962 a 1969, dos quais retiramos as tabelas correspondentes.

² IBC/GERCA. Relatório do GERCA. 1963. mimeo. p. 6.

³ No início da erradicação financiada, em 1962, replantaram-se 37.459.700 cafeeiros no Paraná, sendo 6.697.000 na Zona Velha, 13.884.700 na Zona Nova e 16.878.000 na Zona Novíssima.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Márcia Siqueira, **A Pequena Produção de Café no Paraná**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia – FFLCH/USP. 2.v. 192p.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1962, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1963, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1964, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1965, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1966, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1967, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1968, Mimeo. S/d.

GERCA/IBC. Relatório. Ano de 1969, Mimeo. S/d.